



*Aspectos da questão metodológica na análise verbal: o continuum qualitativo-quantitativo**

LUIZ ANTÔNIO MARCUSCHI

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

RESUMEN. Estamos llegando al agotamiento del ideal de ciencia impuesto por el neopositivismo, cuyo postulado de verificabilidad dictaba la perspectiva metodológica de la investigación científica y definía lo que era ciencia. Se observa un vuelco significativo de la cantidad a la calidad; de la forma a la función; de la unidad analítica al individuo; del experimento controlado a la observación de datos auténticos; de la significación immanente a la contextualización. La noción más importante en este momento es que los hechos de la lengua son una construcción social y no un dato objetivo, independiente y extrínseco al individuo. Los datos que eran considerados naturales e impermeables a la subjetividad del observador son vistos hoy como producidos por el punto de vista y por el interés investigativo, sin que ello suponga efectos negativos para la investigación. La presente exposición se fundamenta en el principio de que la metodología sólo opera eficazmente en la relación entre un buen problema y una buena teoría. Así, dos presupuestos subyacen a este análisis: (1) rechazo a la dicotomía estricta entre calidad y cantidad y (2) creencia en la postura indagatoria como fundadora del conocimiento. El dilema no está en optar entre una perspectiva cualitativa o cuantitativa, un análisis estructural o significativo, una observación micro o macro, entre otros. El problema está en saber qué se pretende con la investigación.

PALABRAS CLAVE: *ciencia, cambios, teoría, método.*

RESUMO. Estamos chegando também ao esgotamento do ideal de ciência imposto pelo neopositivismo, cujo postulado de verificabilidade ditava a perspectiva metodológica da investigação científica e definia o que era ciência. Observa-se uma guinada significativa que vai da quantidade para a qualidade; da forma para a função; da unidade analítica para o indivíduo; do experimento controlado para a observação de dados autênticos; da significação immanente para a contextualização. A noção mais importante neste momento é a que sugere serem os fatos da língua uma construção social e não um dado objetivo, independente e extrínseco ao indivíduo. Assim os dados que eram tidos como naturais e insensíveis à subjetividade do observador, já são vistos hoje como produzidos pelo ponto de vista e pelo interesse investigativo, sem que isto signifique algo de pernicioso para a investigação. A presente exposição funda-se na noção de que a metodologia só opera eficazmente na relação com um bom problema e uma boa teoria. Assim, dois pressupostos subjazem a estas análises: (1) rejeição à dicotomia estrita entre qualidade e quantidade e (2) crença na postura indagativa como fundadora do conhecimento. O dilema não está em escolher entre uma perspectiva qualitativa, ou quantitativa, uma análise estrutural ou significativa, uma observação micro ou macro e assim por diante. O problema está em saber o que se pretende com a investigação.

PALAVRAS CHAVE: *ciência, guinada, teoria, metodologia.*

ABSTRACT. We are reaching the end of the ideal of science as imposed by neopositivism whose verifiability postulates imposed the methodology of scientific research and defined what science was. A significant change has been observed from quantitative to qualitative, from form to function, from the unit of analysis to the individual, from controlled experiments to the observation of authentic data, from immanent meaning to contextualization. The most important that the facts of language are suggestion is socially constructed and not objective data, independent from and extrinsic to the individual. In this way, the data that were considered natural and free from the subjectivity of the observer are now seen as produced by the point of view and research interest, without necessarily giving this a negative connotation. This paper is based on the principle that research methodology only works efficiently if there is a good research problem and a good theory. So, two underlying assumptions are discussed: 1) the rejection of a strict quality-quantity dichotomy and 2) the belief in an investigative posture as the foundation for knowledge. The dilemma is not to opt for a qualitative or quantitative perspective, a structural or a meaningful analysis, a micro or macro observation and so on. The problem is to know what the aim of the research is.

KEY WORDS: *science, changes, theory, methods.*

Introdução

Em certo sentido, podemos dizer que o século XX termina como começou: com insistentes inquietações de ordem metodológica. Com efeito, apesar de marcado por vários embates metodológicos, parece que o século XX encerra com muitas questões ainda abertas nesse terreno. Há alguns casos em que não se chegou sequer a um consenso quanto à melhor forma de identificação do problema central, por exemplo, nas investigações voltadas para os fenômenos cognitivos. Veja-se a grande ebulição teórica em que se encontram hoje os estudos sobre a natureza da consciência e a filosofia da mente. Lembro isso logo de saída para alertar quanto à dificuldade até mesmo em estabelecer uma noção clara de *conhecimento*. Isto quer dizer que em certo sentido está mais difícil hoje definir um ideal de ciência.

Com base nessa postura inicial, gostaria de propor não um armistício, mas uma olhada menos dicotômica na relação entre qualidade e quantidade, sugerindo, como o fazem Isadore Newman y Carolyn Benz (1998), que se veja entre ambos um *continuum interativo*. É preocupante que o século XX deixe como parte de sua herança marcas profundas impostas pela geração de dicotomias na área das ciências sociais, particularmente na Linguística. E nós sabemos o quanto de negativo podem ter as dicotomias, em especial quando a serviço de visões etnocêntricas. Na primeira metade do século, deu-se uma enorme atenção para a construção de categorias dicotômicas voltadas para a detecção de estruturas ou unidades estruturais que pudessem ser observadas de forma independente. Isto foi bastante comprometedor, em especial nas ciências que se voltavam para a análise de eventos e situações de natureza processual.

Com o final do século, estamos chegando também ao esgotamento do ideal de ciência imposto pelo neopositivismo, cujo *postulado de verificabilidade* ditava a perspectiva metodológica da investigação científica e definia o que era ciência. Produtivo em algumas áreas e nefasto em outras, de há muito que as Ciências Sociais de um modo geral não seguem esse cânone neopositivista da pesquisa. Mas nos estudos lingüísticos ainda persistem muitos dos imperativos daquela postura investigativa.

Contudo, no geral, observa-se uma guinada significativa que vai da quantidade para a qualidade; da forma para a função; da unidade analítica para o indivíduo; do experimento controlado para a observação de dados autênticos; da significação imanente para a contextualização. A noção mais importante neste momento é a que sugere serem os fatos da língua uma *construção social* e não um dado objetivo, independente e extrínseco ao indivíduo. Isso pode parecer pouco à primeira vista, mas é o suficiente para mudar de forma radical toda a perspectiva do trabalho com corpora.

Assim os *dados*¹ que eram tidos como naturais e infensos à subjetividade do observador, já são vistos hoje como produzidos pelo *ponto de vista* e pelo interesse investigativo, sem que isto signifique algo de pernicioso para a investigação. Grosso modo, podemos dizer que o modelo que conduziu as ciências para um isolamento competitivo, chega hoje ao seu esgotamento em favor do entrosamento na multidisciplinaridade.

Antes de prosseguir, será útil um *caveat* neste caso, pois ao postular que o *ponto de vista* é fundamental na constituição dos dados e da observação, não estou me alinhando entre os idealistas ou perspectivistas tal como criticados por Searle (1998) quando afirma:

Perspectivismo é a idéia de que nosso conhecimento da realidade nunca é 'imediatamente', que ele é sempre mediado pelo ponto de vista, por um conjunto particular de predileções, ou até pior, por motivos políticos sinistros, tal como uma submissão a um grupo político ou a uma ideologia (p. 18).

Entre os perspectivistas², Searle arrola o 'relativismo', o 'pós-modernismo', o 'deconstrucionismo' a, 'etnometodologia', o 'pragmatismo' e o 'construcionismo social'. O certo é que não se precisa postular um *realismo externo* com tanta ênfase como o faz Searle (1998) nem imaginar que todas as perspectivas apontadas por ele estão na mesma linha de atuação. Nenhum dos cientistas que Searle caracteriza como "perspectivistas" nega que exista um mundo externo independente de nossas mentes. A questão é explicar como os seres humanos lidam com esse mundo de forma tão diferenciada como se ele não fosse o mesmo. Daí a importância da noção de *propósitos e perspectivas*. Não se trata de substituir a *realidade* pelas *evidências*.

Se no início do século o neopositivismo sugeria o verificacionismo como a única saída para a produção do conhecimento científico, hoje não se acredita mais nessa possibilidade desde que P. Feyerabend e Th. Kuhn, entre ou-

tros, evidenciaram que a ciência não foi um empreendimento bem-comportado e auto-controlado ao longo da história. Se o popperianismo com sua postura hipotético-dedutivista sugeriria que o progresso se dá cumulativamente na sucessão de teorias cada vez mais explicativas e vorazes, hoje as posições baseadas no paradigma kuhniano já sugerem que não há linearidade, mas uma guerra de interesses nem sempre científicos.

Imagino que seja em reação a isso tudo que Paul Feyerabend (1977) inicia o último capítulo de seu provocativo livro *Contra o Método*, dizendo: “A idéia de que a ciência pode e deve ser elaborada com obediência a regras fixas e universais é, a um tempo, quimérica e perniciosa” (p. 449).

É quimérica porque se trata de uma visão simplista, já que isto não é a realidade científica, e perniciosa porque se dedica a endeusar as qualificações profissionais em detrimento da humanidade e não faz justiça à complexidade histórico-social do empreendimento da ciência. Portanto, todas as metodologias têm limitações, como lembra Feyerabend (1977), e não há autonomia factual, pois *todo o fato tem a autonomia que a teoria lhe confere*. O primado da quantidade em algumas teorias nada mais era que uma ingênua crença na autonomia dos dados empíricos.

Com esta tomada de posição, a presente exposição funda-se na noção de que a metodologia só opera eficazmente na relação com um bom problema e uma boa teoria, ou seja, a metodologia em si e por si não tem a menor chance de salvar seja lá o que for. Assim, dois pressupostos subjazem a estas análises: (1) rejeição à dicotomia estrita entre *qualidade e quantidade* e (2) crença na postura indagativa como fundadora do conhecimento, tal como se deu nos primórdios da civilização ocidental quando Sócrates criou o método ainda hoje mais produtivo: a *maieutica*, uma espécie de teoria da argumentação interrogativa, como bem observa Hintikka (1994).

1. Aspectos da interação verbal

No meu entender, há hoje duas áreas nos estudos lingüísticos em que a discussão metodológica é crucial: uma é a área dos *estudos cognitivos* e outra é a área dos estudos da *interação verbal*. O curioso é que os problemas metodológicos são, nestes dois casos, muito diversos. De um lado –no caso dos estudos cognitivos– precisamos saber o que observar e analisar. Se são entidades mentais, processos, conceitos, relações linguagem-pensamento ou se simplesmente comportamentos. Seja qual for o objeto, o certo é que todo o acesso será sempre *indireto*, isto é, teórico, cabendo ao investigador determinar o acesso aos dados por via teórica. Os próprios dados são um produto da teoria. Aqui o problema é a natureza e a construção do dado.

Já no caso da *interação verbal*, temos o problema aparentemente oposto, ou seja, todo o acesso é direto e a questão está em delimitar a observação, dis-

tinguindo entre comportamentos, atividades (linguísticas e cognitivas), eventos e assim por diante. Aqui, a carga informacional é imensa, sendo que a dificuldade é a construção do acesso teórico, já que o acesso empírico é exagerado. Comparando os dois casos apontados, podemos dizer que de um lado temos um excesso de teoria e do outro um excesso de dados.

O problema maior na área da interação verbal é a discussão da perspectiva interpretativa, e não da natureza dos dados. Como a imersão do pesquisador nos dados é excessiva, o perigo das análises nos estudos de interação verbal é o descriptivismo exagerado sem a configuração de uma teoria mais geral e abrangente.

Foi esta a razão que levou muitos autores a caracterizarem os estudos de interação verbal como teoricamente ingênuos e incapazes de generalizar seus resultados. O problema não é apenas metodológico, mas conceitual, teórico. Assim, neste quadro geral, falar de metodologia é discorrer sobre um conjunto de questões que não se restringem a propor os melhores caminhos, formas de abordagens, tecnologias ou técnicas investigatórias, mas identificar aspectos mais complexos de caráter teórico.

Por isso, gostaria de partir de um desenho geral do que é e como se constitui a investigação no caso da Interação Verbal. Esta é uma área bastante complexa em que, apesar de abundantes, os dados não são simples nem fáceis. Eles são multifacetados e cheios de nuances, de tal modo que com poucos minutos de gravação se tem material para muita análise. Veja-se o caso da obra de Labov e Fanshel (1977) sobre o discurso terapêutico, baseada em 13 minutos de gravação.

Além disso, temos uma questão adicional, que é o lugar teórico da Análise da Interação Verbal (AIV). A AIV situa-se na interface de várias disciplinas (etnografia, sociologia, antropologia, psicologia social, linguística) e constitui um campo interdisciplinar nas ciências sociais em que a linguística se acha crucialmente envolvida. Assim, em primeiro lugar, necessitamos de uma noção do contorno e das interfaces da área em que nos propomos investigar. Nesta área, o problema sempre se constitui a partir de um determinado recorte observacional, já que os problemas não se dão naturalmente. Esse recorte se dá no âmbito de uma teoria ou de postulados teóricos que operam como um conjunto de asserções que procuram explicar um dado fenômeno do mundo e não de nossa imaginação. Sem uma teoria não haverá sequer um problema, de modo que mesmo quando não explicitamos que teoria seguimos, estamos seguindo alguma teoria explicitável.

O dilema, neste caso, tal como lembra Silverman (1993), não está em escolher entre uma perspectiva qualitativa, ou quantitativa, uma análise estrutural ou significativa, uma observação micro ou macro e assim por diante. O problema está em saber o que se pretende com a investigação. E para tanto, é provável que o melhor caminho seria ter uma idéia clara dos objetivos a serem atingidos. *Pois antes de ter um bom método de trabalho, devemos ter um bom problema a investigar.*

Um bom problema se constitui de várias maneiras, por exemplo: no formato de uma hipótese, de uma observação privilegiada ou de alguma asserção a ser comprovada. A metodologia será o tipo de abordagem que se dará ao problema no contexto da teoria que o desenhou.

As metodologias não são nem falsas nem verdadeiras, segundo observa Silverman (1993), mas úteis ou inúteis. E devem ser distinguidas dos métodos, já que estes são caminhos ou técnicas utilizados para implementar uma metodologia na investigação de um tópico com uma determinada visão teórica em mente. É neste sentido que uma metodologia qualitativa pode ser amparada por métodos estatísticos, estudos de campo, observações sistemáticas, coletas de dados espontâneos ou induzidos e assim por diante.

Seguramente, na interação verbal, a observação de dados e os trabalhos de campo serão privilegiados, e não os métodos típicos de análises quantitativas. Mas o que torna uma metodologia qualitativa ou quantitativa não é propriamente o método de trabalho seguido e sim a natureza do resultado buscado.

O primeiro aspecto que gostaria de esclarecer é precisamente este: *não há oposição entre qualidade e quantidade*. Elas são complementares. Tudo depende do que se busca e como se busca. Veja-se o caso do estudo de Deborah Schiffrin (1987) sobre os marcadores discursivos. O procedimento metodológico da autora foi primeiramente determinar todas as condições teóricas do modelo em que operaria. Depois disso construiu uma bateria de conceitos e só então partiu para a observação dos dados em situações diversas. Não se preocupou com a frequência, mas com a função dos marcadores. Caminho semelhante foi o seguido por Labov e Fanshel (1977) no conhecido estudo sobre o *discurso terapêutico*.

Existem, no entanto, questões mais complexas envolvidas no estudo da interação verbal, em especial quando analisamos comportamentos, atitudes, ações, crenças etc. em interações naturais. Pois aqui não há um *dado* objetivo e insofismável para se analisar. Tal como lembravam Schegloff e Sacks (1973), em seu estudo sobre aberturas e fechamentos de telefonemas, o ponto de partida, mas apenas o ponto de partida, é a admissão do princípio de que as pessoas, quando interagem, produzem suas contribuições metódica e ordenadamente, esperando que os parceiros as percebam desse modo e assim possam entendê-las. Nossa vantagem como analistas é podermos partir desse mesmo pressuposto, pois lidamos com produções naturais metodicamente produzidas e formalmente analisáveis. Assim, o dado desviante, ou seja, o dado não produzido na regularidade metódica formalmente prevista, se torna de interesse ao analista. O que excita não é propriamente a regularidade, mas o dado irregular, aquele que não se enquadra, pois ele põe em xeque todo o resto.

É provável que do ponto de vista epistemológico, esta condição de *produtividade metodológica* do dado irregular seja um dos fatores que motivam a perspectiva interpretativa dominante nos estudos de interação verbal. Mas, para isto era necessária a afirmação da interação verbal como uma *constru-*

ção natural rigorosamente regular, tal como insistia Sacks (1984) ao propor a análise da conversação como *ciência*. O objetivo disto era a auto-afirmação dos estudos interacionistas, já que a organização sistemática da fala ordinária teria como correlato a possibilidade de sua descrição sistemática. Era uma maneira de fazer a afirmação positiva de ciências que não adotavam modelos matemáticos nem se entregavam à análise de dados idealizados e introspectivamente construídos para se constituírem com ciências.

Explicitando um pouco mais este aspecto podemos dizer que, sendo o ser humano um ser social, todas as suas ações têm a ver com este aspecto crucial de seu comportamento diário. Assim, tendo o ser humano que agir na relação com seus semelhantes de maneira ordenada, deve sempre *interagir*, ou seja, atuar na perspectiva de uma ação coordenada. Isto faz com que as ações humanas construam-se, no geral, como interações, na maioria das vezes mediadas pelo uso da língua que por sua vez facilita a relação intersubjetiva. Portanto, *a interação social não é uma atividade caótica, nem aleatória ou mecânica, mas ordenada, coordenada e intencional*. A interação social é um dos positivos mais importantes para a construção social da realidade.

Como se nota, o primeiro passo metodológico dos estudos de interação verbal foi mostrar que as interações naturais não eram aleatórias, mas seguiam regras passíveis de identificação e descrição. Esta etapa foi importante, mas hoje a questão não é mais esta, já que o ideal científico não é precisamente o mesmo. Agora a agenda recai em discussões a respeito dos próprios dados e de sua obtenção; constituição de corpora; a definição de problemas não estruturais, mas processuais; aspectos ideológicos e interculturais e assim por diante.

O que se nota é uma guinada para questões qualitativas que exigem metodologias específicas, como por exemplo no caso da sociolinguística interacional.

2. A relevância da questão metodológica

Quando Saussure tratou de montar seu projeto científico para a lingüística, entre os problemas mais urgentes estavam os de ordem metodológica que diziam respeito à identificação do objeto de estudo e a construção das unidades de análise. Certamente, em torno desta questão continuam ainda hoje muitas discussões motivadas pela proliferação de dicotomias herdadas do estruturalismo saussuriano. E nós sabemos que foi precisamente essa decisão metodológica de Saussure que mais marcou sua fortuna crítica. Também seria uma decisão similar que muito marcaria outra figura deste século: Noam Chomsky.

Dois aspectos me parecem importantes considerar desde logo. Primeiro, já é um consenso hoje que nem todo tipo de produção verbal é adequado ou rele-

vante para a análise lingüística. Segundo, nem sempre o melhor dado ou a melhor observação é aquela construída em laboratório sob rigoroso controle de variáveis. Isto quer dizer que não há dados *naturalmente bons*, nem há coletas rigorosas *naturais*. Pois se por um lado os dados espontâneos precisam ser bem selecionados para a análise, por outro lado, os dados de laboratório derivam de certas condições, tais como os conceitos ou as noções que os sustentam.

No caso particular da lingüística, há ainda um agravante, ou seja, tudo depende da *noção de língua* que se postule. Língua como sistema de regras; língua como atividade social; língua como atividade cognitiva; língua como instrumento de comunicação; são conceituações comuns, mas muito diversas entre si e para a análise não é irrelevante a noção de língua que se adote.

Veja-se, por exemplo, o caso de Chomsky, que em sua obra de 1965 *Aspectos da teoria da sintaxe*, dizia logo no primeiro capítulo:

A teoria lingüística tem antes de mais como objeto um falante-ouvinte ideal, situado numa comunidade lingüística completamente homogênea, que conhece a sua língua perfeitamente, e que, ao aplicar o seu conhecimento da língua numa performance efetiva, não é afectado por condições, desvios de atenção e de interesse, e erros (casuais ou característicos). Esta parece ter sido a posição dos fundadores da moderna lingüística geral, e nenhuma razão convincente foi alguma vez proposta para a modificar (p. 83).

Decisões metodológicas como as tomadas por Chomsky em 1965 e nunca mais abandonadas a respeito da noção de língua como *competência*, relegando o uso da língua ao *desempenho* exteriorizado, tornaram irrelevantes os estudos do texto, da sociolingüística, a análise da interação verbal etc., pois a noção de homogeneidade lingüística, idealidade cognitiva dos falantes e determinação não contextual da língua tornaram supérflua qualquer observação de dados situacionalmente produzidos. Também é importante considerar que Chomsky nunca pretendeu, com sua gramática gerativa (GG), construir um modelo de língua para um falante-ouvinte em carne e osso. A GG não serve para se atingir algum objetivo prático no ensino, mas sim para compreender o funcionamento da língua enquanto tal. A GG é uma concepção mentalista e uma teoria do conhecimento ideal da língua que visa a uma Gramática Universal (GU) que se interessa pelos princípios gerais da linguagem.

Simplificadamente, podemos dizer que, *assim como para Chomsky o uso da língua é totalmente irrelevante para o estudo científico da língua, assim também para os estudiosos da interação verbal é totalmente irrelevante a massa de conhecimentos abstratos e idealizados gerados pelos gerativistas nos últimos 50 anos para se entender algo a respeito das relações humanas mediadas por seja lá qual for o uso da língua*. Não se trata de projetos científicos *incompatíveis*, mas de projetos *diferentes*. Nada há de mal nisto desde que se saiba os limites de cada constructo teórico.

Em suma, sem polemizar fora de hora, podemos dizer que num e noutra caso se trata de uma decisão teórico-metodológica cujas conseqüências devem

estar claras para o investigador. O interessante numa *metodologia* não é precisamente o quanto se controla, mede, calcula e assim por diante, mas em que medida tudo isso é relevante para os propósitos que se tem em vista. Controle, medida, cálculo, avaliação e interpretação serão relevantes não na mesma proporção indiscriminadamente. São aspectos relativos aos interesses científicos em jogo.

Com estas observações, gostaria de deixar claro em que consiste a questão metodológica, pois o problema não está apenas em decidir entre alternativas de trabalho ou técnicas de coleta, mas sim numa decisão muito mais profunda e efetiva. Trata-se de decidir sobre as questões básicas envolvidas na bateria de conceitos, postulados teóricos, unidades de análise, propósitos investigatórios e objetivos finais. Trata-se de distinguir com clareza entre *metodologia* enquanto forma de construir o objeto de análise e sua investigação e *metodologia* enquanto conjunto de técnicas.

Lembrei acima que é fundamental para toda investigação a definição de seus objetivos em termos de problema central. E isto não pode dar-se no formato de uma questão demasiado ampla nem ambígua. Vejamos agora este aspecto.

3. O que é um problema?

Em sua exposição bem-humorada, Silverman (1993) observa que basta abrir um jornal diário ou ligar o noticiário de televisão à noite para sermos bombardeados por uma grande quantidade de problemas sociais, econômicos, sanitários, de criminalidade, saúde e muitos outros. São de fato problemas que merecem atenção e solução, mas em si mesmos eles não são tópicos para uma investigação científica. Devemos lutar por melhores políticas públicas, por melhores condições de vida e assim por diante. Mas nosso engajamento como cientistas não parece ser este em primeira instância. Contudo, devo deixar claro que toda e qualquer investigação científica tem de explicitar de algum modo sua relevância social e política e seu tipo de compromisso.

Com isto surge uma questão complicada de se resolver e que diz respeito ao modo de operar do cientista social, em especial dos que lidam com a interação verbal. Certamente, podemos e devemos contribuir para a melhoria da qualidade de vida nos processos interativos, mas nem por isso precisamos nos sentir chamados a produzir fórmulas de bom-comportamento social, nem manuais de auto-ajuda.

Se me fosse perguntado a respeito, diria que nossas investigações não visam em primeiro lugar a produzir soluções para certos problemas, mas a explicar ou entender esses problemas. Alguém poderia, com toda razão, retrucar que neste caso não estaríamos fazendo uma ciência engajada ou não estaríamos sendo suficientemente ecológicos.

Diante dessa posição, pergunto: Qual é, de fato, o dilema do cientista social? Decidir-se entre o engajamento político e o debate acadêmico? Ter uma postura ideológica ou limitar-se ao confronto das idéias científicas?

Talvez todos estes sejam falsos dilemas. Não se trata de postular uma divisão de trabalho em que ao cientista cabe explicar e ao político cabe tomar a decisão da solução ou implementação do conhecimento gerado para aquela situação. Sei que este tema ainda será debatido nos próximos anos quando imagino que as questões éticas aqui envolvidas retornarão de maneira insistente como forma de cobrança de uma responsabilidade social que o cientista nunca assumiu de maneira muito clara. Mas esse não é o nosso tema neste momento.

O tema agora é: *Como se constitui um problema?* Antes de mais nada, devo dizer que não existem problemas espontâneos para qualquer tipo de cientista. O problema é sempre uma indagação muito específica e construída a partir de alguns pressupostos teóricos e objetivos muito bem delineados.

A título de exemplo, suponhamos que alguém queira montar um *corpus* para análise. Digamos que ele parte do seguinte princípio geral: *“Um corpus não é simplesmente uma coleção de textos”*³.

Tudo vai depender da questão, do problema, do tema ou da parte da linguagem ou interação verbal que se pretende analisar. Além disso, o *corpus* será mais ou menos extenso a depender das pretensões quanto a generalizações. O *corpus* é uma coleção de textos construída com critérios bem definidos a fim de se obter a representatividade e a diversidade mais adequada. Enfim, do ponto de vista metodológico, constituir um *corpus* é uma questão bastante complexa e, em primeira instância, *teórica*.

Mas há algo ainda mais complicado no caso da interação verbal tão logo alguém decidiu o tamanho do *corpus* e os tipos de interações etc. Resta determinar as condições da coleta e a maneira mais adequada de obter os dados sem influenciá-los ou a maneira de tê-los na forma mais autêntica etc. etc. Esta discussão não é irrelevante por que o material será depois a fonte de toda a inspiração analítica. Eu imagino que para os estudos de interação verbal a decisão a respeito da constituição do *corpus* é muito mais crucial do que para os estudos sintáticos ou fonológicos por exemplo.

Silverman (1993) lembra que o cientista pode cair em quatro armadilhas “absolutistas” no caso da investigação científica ao lidar com o *corpus*. São elas: (a) o *cientificismo*; (b) o *progresso*; (c) o *turismo* e (d) o *romantismo*. As duas primeiras seriam a tentação dos cientistas sociais quantitativos e as duas últimas, dos cientistas sociais qualitativos.

(a) O *cientificismo* teria uma tendência a aceitar que a *ciência* é muito distinta e superior ao “senso comum”.

(b) A crença no *progresso* foi muito comum no século XIX, mas hoje já não é mais. Contudo, parece que o cientista crê ingenuamente que o progresso é uma consequência direta da acumulação dos conhecimentos.

(c) O turismo é a atividade de viajar pelo mundo em busca de outras culturas ou andar pelas sociedades em busca do diferente, o exótico. Uma andança por todos os caminhos é a tendência do cientista social que parte em seu trabalho sem hipóteses, sem um problema delineado e viaja buscando o diferente e o inusitado como seu objeto de observação.

(d) Já o romantismo é a busca da emoção e da arte e do engajamento. Trata-se da busca da autenticidade na investigação, sendo que neste caso se esquece que o autêntico se define como situado num contexto específico e não o que produz emoções.

Essas quatro arapucas desenham com precisão metafórica a situação a que se acha submetido o cientista em nossa área de interação verbal. Não obstante, como também observa Silverman (1993), não podemos deixar de ter pelo menos uma certa sensibilidade para quatro aspectos importantes na pesquisa em nossas áreas: (a) *sensibilidade histórica*; (b) *sensibilidade cultural*; (c) *sensibilidade política* e (d) *sensibilidade contextual*. Esses quatro tipos de sensibilidade podem gerar tópicos bem diversos quando um outro deles predomina. O fato de não estarmos atentos para um desses quatro tipos de sensibilidade pode pôr em cheque nossa concepção do tópico a investigar. De resto, estes aspectos também servem para definir a perspectiva metodológica a ser adotada. Vejamos isto mais de perto.

(a) A *sensibilidade histórica* nos dá a medida da oportunidade para os problemas da época que merecem ser investigados. A perspectiva histórica dos problemas nos protege contra a visão absolutista dos problemas e nos dá a dimensão exata das questões.

(b) Já a *sensibilidade cultural* nos protege contra o absolutismo romântico e contra o etnocentrismo. Neste caso, nossos tópicos de investigação podem ser buscados dentro de situações culturais típicas e não de casos pessoais ou que nos emocionam de modo particular. Eu situaria aqui os estudos da interação em contextos institucionais, por exemplo, que são aspectos universais com características culturais muito marcadas.

(c) A *sensibilidade política*, por sua vez, permite-nos definir os tópicos numa determinada direção ideologicamente clara e não de acordo com características inseridas e ditadas pela subserviência a políticas vigentes, na relação direta com uma ideologia específica ou num compromisso com políticas oficiais convidativas.

(d) A *sensibilidade contextual* alerta para o fato de que em condições situacionais diversas, os fenômenos têm significações diferentes. Assim, os contextos são condicionantes do próprio problema e não podemos observar as questões num nível de abstração tal ignorando os reflexos condicionantes de seus contextos de produção. Por exemplo, no caso das investigações de interação verbal. Gumperz (1982) pode ser tomado como um exemplo típico para este tipo de sensibilidade. É toda a Sociolinguística Interacional move-se nesta perspectiva.

4. Métodos utilizados nas análises da interação verbal

No geral, não há métodos observacionais exclusivos para análises qualitativas e quantitativas. Estas duas perspectivas metodológicas podem servir-se de vários métodos de acesso aos dados. De acordo com Silverman (1993), podemos dividir em quatro conjuntos os métodos usados pelos investigadores sociais em suas pesquisas:

1. Observação direta.
2. Textos e documentos.
3. Entrevistas.
4. Transcrições.

Estes métodos podem ser combinados, por exemplo, no uso da observação direta com a entrevista. O quadro abaixo, extraído de Silverman (1993) mostra essa relação de maneira bastante clara:

Métodos	Metodologia	
	Pesquisa quantitativa	Pesquisa qualitativa
Observação	Trabalho preliminar (antes de montar o questionário)	Fundamental para entender outra cultura
Análise textual	Análise de conteúdo (em termos de categorias de investigação)	Compreensão de categorias dos participantes
Entrevistas	Pesquisa de campo (muitas perguntas de escolha fixa com amostras randômicas)	Questões abertas para amostras pequenas
Transcrições	Pouco usada para checar a acuidade de gravações de entrevistas	Muito usadas para entender como os participantes organizam suas falas

Fonte: Silverman, 1993

Vejamos com algum detalhe estes aspectos:

- a) *dados da observação anotada* (este foi em grande parte o tipo de procedimento adotado pela etnografia da fala que operou com base em notas de campo e observações de práticas sociais *in loco*);
- b) *dados provenientes de documentos textuais* (procedimento utilizado por quem faz análises de conteúdo, pelos que se dedicam a observar as narrativas, aspectos lingüísticos em sentido estrito e na perspectiva mais marcadamente estrutural);
- c) *dados obtidos em entrevistas -abertas ou não-* (esta metodologia de coleta é usada tanto pelos quantitativistas como qualitativistas, mas com propostas analíticas muito diversas. No geral, os quantitativistas usam entrevistas fechadas e quantificáveis com indivíduos selecionados aleatoriamente e cujas respostas são tabuláveis; já no caso dos qualitativistas as entrevistas não são fechadas, mas abertas e buscam a obtenção de experiências autênticas);

d) *dados provenientes de transcrições de interações naturais* (a etnometodologia, a análise da conversação e a sociolinguística interacional, entre outras, têm uma predileção por este tipo de dados).

Quanto ao *método observacional*, é bom ter cuidado a fim de não tornar a posição de “ver com os olhos dos indivíduos observados” algo do senso comum ou psicologizado. A vantagem do método observacional é a consideração do dado em contexto. Em certos casos exige-se até mesmo a *imersão* prolongada nos contextos culturais observados. Aqui, o perigo é a contaminação da observação da produção de situações provocadas e não de atividades significativas e naturais.

Como a *entrevista* é um tipo de fonte muito usado para análises qualitativas em estudos de interação verbal, é bom ter presente seu potencial e suas limitações. Assim como nenhuma observação, também nenhuma entrevista é isenta de alguma teoria. Sempre indagamos e observamos com base em alguma teoria. E é a própria teoria que afunila a observação e a entrevista. No caso da entrevista há o perigo sempre iminente da indução dos dados.

Nas análises da interação verbal, as *transcrições de interações naturais* são uma fonte muito comum e útil para a obtenção de dados. Vasta é a bibliografia a respeito do assunto e já Ochs (1979) alertava para o fato de que toda transcrição é uma interpretação prévia dos dados pela simples escolha de sua disposição e dos sinais utilizados para reproduzir graficamente a fala. Transcrever é uma atividade complexa, sendo que nem tudo pode ser transcrito, dadas as limitações do meio gráfico.

O que se observa aqui é a diversidade de importância dada aos métodos na investigação nos dois casos. Na realidade, trata-se de interesses diversos e de uma definição diferente de *objetividade*. Por um lado, a quantificação não permite contagem de dados contínuos e, por outro lado, do ponto de vista qualitativo, é difícil fazer observações em amostras muito grandes. A observação varia de um para outro e só serve como dado preliminar. Para a metodologia qualitativa, a observação é fundamental, por exemplo, em estudos de casos. A mesma diferença ocorre no tratamento de textos nas duas metodologias. As entrevistas no caso quantitativo visam à obtenção de dados precisos e na metodologia qualitativa buscam funções ou estilos entre outras coisas. Na análise qualitativa as transcrições são fundamentais, sendo que na metodologia quantitativa nem sempre é o caso.

Do ponto de vista qualitativo observa-se o seguinte (veja-se Silverman, 1993):

- preferência por dados qualitativos e contínuos;
- preferência por dados naturais (situações naturais como fontes de dados primários);
- preferência por analisar sentidos ao invés de comportamentos;
- rejeição das ciências naturais como modelo;

- preferência pela pesquisa indutiva geradora de hipóteses ao invés de testagens de hipóteses prévias.

Não obstante a aparente clareza dessa postura, é bom considerar que *não há dados naturais em si*, nem há uma preferência por situações naturais porque elas seriam mais autênticas. Pois a simples seleção de dados já é uma forma de intervenção e não se pode ter a ilusão de estar trabalhando dados “puros”. Isto é importante para se evitar o empiricismo como tentação nos estudos interacionistas. Assim, a pesquisa de campo deve ser teoricamente orientada e não determinada por considerações de ordem técnica, ou de optimalidade do dado. A pretensão da análise da interação verbal é oferecer interpretações compreensivas daquilo que ocorre e não criar um modelo abstrato. Esta foi, aliás, a grande tentação das análises da conversação no início da década de 70, quando se tratava de construir unidades analíticas e detectar estruturas e regularidades, modelando a interação. Hoje o projeto das análises na interação verbal não é mais este.

5. *Avaliando as metodologias utilizadas*

Na realidade, a avaliação de uma metodologia depende do problema que estamos tratando. Para os adeptos de uma metodologia quantitativa estrita, todos os dados devem ser quantificados e os dados qualitativamente valiosos são apenas um bom ponto de partida para a construção de uma *hipótese a ser testada*, ou seja, apenas um ponto de partida. Uma visão quantitativa estrita pode ignorar dados relevantes e pautar-se apenas pelo empiricismo. No geral ela procede de maneira pontual e restritiva sob o aspecto interpretativo.

Tome-se o caso de uma investigação no campo da interação verbal que busca analisar processos de compreensão. Certamente, este é o pior caso para que se possa produzir dados quantitativos, caso se queira observar o que os interlocutores fazem em situações reais de comunicação. Contudo, boa parte dos estudos de compreensão na psicologia experimental ou no cognitivismo experimentalista pautou-se por observações controladas de variáveis quantificáveis. Esta tendência à quantificação de dados obtidos dessa forma foi caracterizada como “perspectiva positivista”. A interpretação de dados quantificados se dá mediante testes estatísticos de probabilidade ou relevância estatística. Já a tendência interpretativa é de caráter descritivo e analítico, gerando hipóteses avaliadas quanto à sua significação. Vejam-se os estudos de Gumperz sobre os processos de compreensão para comparar com os trabalhos da psicologia cognitiva.

O grande problema na discussão entre qualidade e quantidade foi identificar quantificação com *rigor formal*. Na realidade, podemos ser rigorosos também no trato qualitativo dos dados. Basta ter uma teoria adequada. Só não podemos, com base em análises qualitativas, sugerir tendências nem fazer predições ou construir modelos operacionais, pois neste caso estaríamos

oferecendo receitas infalíveis para o comportamento verbal nos encontros sociais. Mas podemos formular regras, princípios e, sobretudo, compreender o funcionamento das relações sociais mediadas pela língua.

Como se depreende destas reflexões, os caminhos e as propostas de trabalho são bastante diversos nas duas metodologias, na medida em que uma busca formar hipóteses a partir de um quadro teórico para então comprová-las e a outra procura avaliar elementos observacionais para construir uma teoria. Não se trata de admitir que uma ou outra é superior, pois elas não são incompatíveis nem são maneiras opostas de se fazer ciência. O certo é que a metodologia de natureza qualitativa constitui um *corpus* para observar a interação social, ao passo que a metodologia quantitativa constrói amostras para medir as variáveis e fazer previsões.

Segundo Silverman (1993), o método de investigação empiricista, mais comum às metodologias quantitativas, pauta-se por indagações do tipo:

- Quais são suas hipóteses?
- Como você mede seus dados?
- Qual o tamanho de sua amostra?
- Seus instrumentos passaram por uma pré-testagem?

Note-se que nada disso é feito ou indagado pelo analista da interação verbal. Nesse caso, a observação dos dados oferece indicadores úteis para se compreender ações sociais.

Na pesquisa qualitativa não se montam amostras, mas se coletam dados naturais que, tal como lembrado há pouco, se dão em pelo menos quatro perspectivas diversas que podem ser combinadas (veja-se Silverman, 1993).

6. O caso da análise da conversação

Seguramente, não se pode generalizar observações para todo tipo de interação verbal, dada a diversidade que existe entre elas desde os seus formatos até as condições de produção. Mas podemos tomar um caso específico, o da análise da conversação (AC), para fazer algumas observações pontuais sobre os temas aqui tratados.

Segundo sugere Kerbrat-Orecchioni (1996), os materiais conversacionais apresentam alguns traços gerais e básicos, tais como⁴:

1. são orais,
2. são contextuais,
3. são atividades práticas,
4. são uma produção coletiva,
5. são sócio-históricos,
6. são sistemáticos.

Essa caracterização dos dados acarreta uma discussão epistemológica nada fácil e muito controversa acerca da distinção entre *dados da intuição do falan-*

te (aquele tipo de dados introspectivos preferenciais nas análises do gerativismo e também de uma certa pragmática, por exemplo) e *dados empíricos* (coletados a partir do desempenho concreto dos falantes).

Uma das diferenças essenciais entre os estudos pragmáticos realizados nos anos 60-70 e a AC reside precisamente na forma como os dados são obtidos. A AC caracteriza-se por um acesso estritamente *empírico e natural* dos dados. Ela não os obtém por introspecção. Embora traga uma certa vantagem, trabalhar com dados da introspecção, tal como afirmam Labov y Fanshel (1977), isto é problemático porque não dá a real dimensão das trocas. Porém, os dados coletados ao vivo oferecem um dilema nada simples, já que devem ser interpretados de algum ponto de vista, uma vez que não se dá um acesso direto às mentes de quem os produziu. Isto se traduz no conhecido “paradoxo do analista”. Não vamos prosseguir nesta questão, mas o certo é que a discussão metodológica aqui envolvida continua na ordem do dia e não deve ser ignorada por quem trabalha com dados empíricos.

Segundo Schiffrin (1988), são questões desta natureza que “ao mesmo tempo em que tornam a conversação um tópico importante da atenção lingüística, tornam a conversação um tópico problemático para a análise lingüística” (p. 251). Na verdade, isto residiria na ambigüidade sistemática gerada pelo fato de a conversação situar-se no domínio da *competência comunicativa* que por sua vez define-se como um domínio da “competência lingüística” no sentido abstrato e sistemático do termo, e da “competência” no sentido de habilidades comunicativas mais amplas.

São aspectos assim, relativos a noções teóricas e procedimentos metodológicos que levam Schiffrin (1988, 1994) a distinguir de maneira clara entre a AC e outros tipos de estudos, tais como a teoria dos atos de fala e a pragmática griceana. Trata-se de uma distinção um pouco mais refinada do que era estabelecida por Levinson (1983). Na realidade, ao se identificar os dados da AC desta forma, o objeto da AC não são mais unidades lingüísticas simplesmente e sim *atividades sociais* (veja-se Mondada, 1995) Constatata-se, pois, que as atividades conversacionais são *fenômenos integralmente lingüísticos e integralmente sociais*. Esta ambigüidade dos dados com duas bases primárias torna a questão metodológica na AC crucial e exige novas definições.

Segundo Schiffrin (1998), os analistas da conversação têm tanto uma *motivação metodológica* quanto uma *motivação teórica* para se utilizarem de dados naturais e reais em suas observações.

(a) *Metodologicamente*, só é possível obter “evidências internas” a partir de dados empíricos de interações factuais. Suponha-se, por exemplo, que se queira saber a motivação e a posição em que os falantes usam dois marcadores tais como “bem” e “né”. Somente dados empíricos dirão que um vem no início e outro no final; mais complexo ainda se torna o problema de explicar um dado funcionamento de uma *estratégia entoacional* como

um tipo especial de pista sem que se tenha pela frente repetidas observações empíricas. Inclusive é possível que de um grupo social para outro haja variações.

(b) *Teoricamente*, é importante partir de dados porque o analista se dará conta de que o ponto de vista da interpretação é o do próprio produtor da conversação e não do analista se este quer compreender o que aquele faz. Neste sentido a própria transcrição da conversação já é fundada em uma teoria, ou seja, numa perspectiva de *construção dos dados*, como salientei há pouco lembrando Ochs (1979). O que e quanto se transcreve é uma decisão do analista e pode variar de um para outro, mesmo que os fatos sejam os mesmos.

Como se nota, a conversação é uma forma de uso da língua de tal modo básica que permite observar uma série de questões não só a respeito das relações entre linguagem e realidade social, mas também sobre a sistematicidade da língua presente em seu uso e a construção das teorias para enfrentar essas questões. É assim que no dizer de Blanche-Benveniste, a própria sintaxe se beneficia dos dados conversacionais, já que ela tem neles um de seus “laboratórios” mais privilegiados⁵. O desafio maior neste caso é, ao meu ver, o fato de grande parte das marcas discursivas que contribuem para a construção do próprio discurso efetivado na interação verbal face a face não estar sequer caracterizada em categorias lingüísticas estabilizadas nem corresponde a essas categorias. Veja-se o caso dos marcadores conversacionais, as hesitações e correções, para ficar no mais óbvio.

É sugestivo, portanto, conceber a conversação como algo mais do que um simples fenômeno de uso da língua em que se ativa o código. Ela é o exercício prático das potencialidades cognitivas do ser humano em suas relações interpessoais, tornando-se assim um dos melhores testes para a organização e funcionamento da cognição na complexa atividade da comunicação humana. Neste contexto, a língua é um dos tantos investimentos, mas não o único, o que permite uma análise de múltiplos fenômenos em seu entrecruzamento. Trata-se, como bem lembra Vion (1992), de um momento essencialmente interdisciplinar. Certamente, esta reflexão final não seria possível a não ser no contexto de uma metodologia essencialmente interpretativa e de base qualitativa.

O convite à investigação qualitativa, no caso da Análise da Interação Verbal, tem a ver com algumas relações específicas na montagem dos materiais de investigação, tais como:

- a) relação entre linguagem, experiência pessoal e social;
- b) relação entre propriedades da língua e propriedades do uso da língua;
- c) relação entre atividades lingüísticas e atividades cognitivas;
- d) relação entre a realidade e sua apropriação discursiva;
- e) relação entre a realidade social e a realidade psicológica;
- f) relação entre identidades e projeções de identidades.

Estas relações são de uma enorme complexidade e hoje elas se encontram na agenda de uma boa parte das investigações no campo da interação verbal. Certamente, o sucesso dos trabalhos nestes temas dependerá de uma metodologia muito bem construída e não por último na perspectiva qualitativa.

7. Observações finais

De tudo o que foi dito até aqui, parece-me que alguns aspectos podem ser agora destilados e postos em evidência a título de conclusão.

1. Um pesquisador não é um missionário da ciência que deve, a todo custo, provar alguma coisa, ou seja, nem tudo em pesquisa se resume a comprovar uma dada hipótese. Podemos operar cientificamente e com rigor na investigação, tendo como resultado um conjunto de análises qualitativas esclarecedoras.
2. Nem tudo na vida constitui-se em problema digno de investigação, pois um problema digno de investigação é aquele que foi construído com alguns recursos teóricos e delimitado para observação controlada.
3. Os problemas têm limites e devem ser delineados em seus contornos para que não haja uma observação generalizada em todas as direções sem qualquer tipo de delimitação. Daí a necessidade de uma teoria como base de todo e qualquer tipo de investigação.
4. O tamanho de um problema não se mede pela quantidade de dados coletados, mas por sua qualidade. Uma observação singular ou um dado privilegiado pode ser suficiente para produzir um grande número de observações teóricas produtivas.
5. Quantidade e qualidade não se opõem, mas se complementam e dependem do que está em jogo. Assim, em certas condições de trabalho, como no caso das análises da interação verbal, a preferência pela metodologia qualitativa é inevitável.

Em conclusão, diria que a discussão da relação entre análise qualitativa e quantitativa não se limita a contrapor interpretações a cálculos, pois ambas podem ser combinadas e cada uma oferece suas vantagens e desvantagens. O essencial é que se tenha presente, sempre, os objetivos da investigação e que em todos os casos se ande bem calçado por uma teoria de base. O perigo maior não está propriamente na metodologia adotada e sim na falta de uma perspectiva teórica definida.

NOTAS

- * Este trabalho foi apresentado originalmente na reunião do grupo de trabalho da anpoll linguística de texto e análise da conversação de la Universidade Federal do Ceará-UFC-Fortaleza, 31 de agosto de 1999.
1. Quanto a este aspecto, sugiro a leitura das observações de S. Possenti (1994) que mostra haver várias possibilidades de interpretação do termo 'dado'.
 2. Em outra passagem, Searle (1998) trata o perspectivismo como uma das quatro ameaças ao realismo e como um mal epistemológico típico da vida intelectual contemporânea. O grande problema do perspectivismo para Searle estaria em confundir a impossibilidade de não conhecer a realidade sob um ponto de vista com a impossibilidade de conhecer a realidade diretamente. Para Searle, o conhecimento da realidade é um ponto de vista direto, pois ponto de vista não é um mediador, mas uma condição da observação. Com isso, Searle imagina retirar da observação o seu caráter subjetivista (idealista). Para Searle, os fatos têm existência independente da linguagem: *Facts are conditions that makes statements true, but they are not identical with their linguistic descriptions. We invent words to state facts and to name things, but it does not follow that we invent the facts or the things* (p. 22)
 3. Esta afirmação aparece na p. 246 do livro *Corpus Linguistics. Investigating Language Structure and Use*. 1998. Editado por Biber, D., Conrad, S. y Reppen, R. (Cambridge: Cambridge University Press).
 4. A autora aponta em sua introdução à coletânea esses elementos às pp. 2 e 3, e introduz apenas os três primeiros pontos. Os demais são meus. Para uma melhor análise das observações aqui feitas, chamo a atenção para os estudos recentemente editados por L. Mondada (1995).
 5. Observação semelhante é feita por Schiffrin (1988) ao afirmar que "os processos comunicativos subjacentes à conversação têm-se mostrado um guia para a emergência e o desenvolvimento de estruturas sintáticas da língua sob o ponto de vista histórico e da aquisição" (p. 252). É isto que torna a conversação a um só tempo tão fundamental e importante mas difícil para os estudos linguísticos.

FONTES DE REFERÊNCIA

- BIBER, D., CONRAD, S. Y REPPEN, R. (1998). *Corpus Linguistics. Investigating Language Structure and Use*. Cambridge: Cambridge University Press.
- CHOMSKY, N. (1975). *Aspectos da Teoria Sintática*. Coimbra: Armênio Amado.
- FEYERABEND, P. (1977). *Contra o Método*. São Paulo: Francisco Alves.
- GUMPERZ, J. J. (1982). *Discourse Strategies*. Cambridge: Cambridge University Press.
- HINTIKKA, J. (1994). Estratégia e teoria da argumentação. Em Carrilho, M. M. (Org). *Retórica e Comunicação*. pp. 71-94. Porto: ASA.
- KERBRAT-ORECCHIONI, C. (julho, 1996). *A multilevel approach in conversation analysis*. Mimeo apresentado no Congresso de Pragmática. México: Autor.
- LABOV, W. Y FANSHIEL, D. (1977). *Therapeutic Discourse*. New York: Academic Press.
- LEVINSON, S. (1983). *Pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- MONDADA, L. (1995). *Formes Linguistiques et Dynamiques Interactionnelles. Cahiers de LILSL, 7*. Lausanne: Institut de Linguistiques et de Sciences du Langage, Université de Lausanne.
- NEWMAN, I. Y BENZ, C.R. (1998). *Qualitative-Quantitative. Research Methodology, Exploring the Interactive Continuum*. Carbondale and Edwardsville: Southern Illinois University Press.

- OCHS, E. (1979). Transcription as a Theory. Em Ochs, E. y Shieffelin, B. B. (eds). *Developmental Pragmatics*. pp. 43-72. New York: Academic Press.
- POSSENTI, S. (1996). O dado dado e o dado dado (O dado em análise do discurso). Em Castro, M.F. P. de (Org.). *O método e o dado no estudo da linguagem*. Campinas: Unicamp.
- SACKS, H. (1984). Notes on methodology. Em Atkinson, M. y Heritage, J. (eds.). *Structures of Social Action. Studies in Conversation Analysis*. pp. 21-27. Cambridge: Cambridge University Press.
- SCHEGLOFF, E. Y SACKS, H. (1973). Openings up closings. *Semiotica*, 7, 289-327.
- SCHIFFRIN, D. (1987). *Discourse Markers*. Cambridge: Cambridge University Press.
- SCHIFFRIN, D. (1988). Conversation Analysis. Em Newmeyer, F.J. (ed). *Linguistics: The Cambridge Survey. Vol. 4. Language: The Socio-cultural Context*. pp. 251-276. Cambridge: Cambridge University Press.
- SCHIFFRIN, D. (1994). *Approaches to Discourse*. Cambridge: Basil Blackwell.
- SEARLE, J. R. (1998). *Mind, Language and Society. Philosophy in the Real World*. New York: Basic Books.
- SILVERMAN, D. (1993). *Interpreting Qualitative Data. Methods for Analysing Talk, Text and Interaction*. London: Sage.
- VION, R. (1992). *La Communication Verbale. Analyse des Interactions*. Paris: Hachette.

LUIZ ANTÔNIO MARCUSCHI es profesor titular de la Universidad Federal de Pernambuco en Recife, Brasil. Obtuvo su doctorado en Alemania. Sus publicaciones abarcan la lingüística textual, el análisis de la conversación, la lengua hablada y escrita, los procesos de comprensión en la interacción verbal. En los últimos años ha dado atención al problema de los métodos en el análisis de la interacción verbal y la relación entre la tecnología y los desarrollos en la investigación lingüística. Es uno de los miembros fundadores de la Asociación Latinoamericana de Estudios del Discurso y representante de Brasil en esta asociación. Correo electrónico: lamarcushi@uol.com.br.